

Artes Feministas

Artivismos



e Sul Global

Cláudia de Oliveira
Paula Guerra

As bruxas voam para o Novo Mundo

A chegada dos europeus ao Novo Mundo despertou no imaginário das populações europeias as mais diversas curiosidades sobre a excentricidade de povos tão distantes quanto diferentes dos europeus. As cartas descritivas elaboradas pelos navegadores e viajantes descreviam o encontro com as novas terras e as suas populações como um encontro com um Paraíso Terreal (Costa, 2019:54]. A fabulação dos europeus em torno do Novo Mundo, ainda muito próxima da mentalidade do medievo, apresentava-o como uma terra de mistérios. Ainda apoiados na teologia cristã medieval, seguidora de Plínio, Virgílio e Ovídio, os navegadores, viajantes e cosmógrafos descreviam-na como: “um jardim de natureza exuberante, de rica e frondosa vegetação, com feras dóceis e amigas e cuja temperatura é sempre amena, nem muito frio nem muito quente, um lugar no qual o ser humano pode viver em perfeita harmonia” [Chauí, 2001:62, in Costa, 2019:55].

As descrições do Novo Mundo feitas por Colombo, Pedro Álvares Cabral e Américo Vespúcio faziam a América ganhar fama, e, assim, desvendava-se para os nobres europeus uma miríade de conhecimentos sobre o continente próspero [Costa, 2019:57]. No imaginário europeu, a descrição das populações ameríndias como despidas, tímidas e inocentes feitas pelos navegadores era interpretada “como expressão de uma inocência originária – sua falta de vergonha não poderia ser maior do que a de Adão, afirma Pero Vaz de Caminha em sua carta do descobrimento” [Pero Vaz de Caminha, [s.d.], in Costa, 2019:58].

Em 1537, o papa Paulo III promulga a bula papal *Sublimis Deus*, na qual considera os ameríndios “iguais aos europeus aos olhos de Deus” e proíbe que suas terras lhes fossem retiradas e que fossem escravizados. Costa afirma que “os índios passam a ser observados pelos europeus como uma nova humanidade” [Costa, 2019:58]. Porém, a bula não restringiu o assassinato dos ameríndios e nem a preservação de sua terra, cultura e religiosidade. Os “índios” deveriam ser catequisados e realocados na hierarquia da conquista colonial. Uma das justificativas para a empreitada do massacre aos povos ameríndios, segundo Costa, apoiava-se noutra mitologia medieval que recaía sobre os “povos selvagens” e sem comunidade que habitavam as florestas e bosques:

Os homens selvagens são uma invenção europeia, que obedece essencialmente a natureza interna da cultura ocidental. Dito de forma abrupta: o selvagem é um homem europeu, e a noção de selvageria foi aplicada a povos não europeus como uma transposição de um mito perfeitamente estruturado, cuja natureza só pode ser entendida como parte da evolução da cultura ocidental. O mito do homem selvagem é um ingrediente original e fundamental da cultura europeia [Chicangana-Bayona, 2017:38, in Costa, 2019:59].

Os rituais canibais realizados pelos povos originários, presenciados e relatados desde as primeiras narrativas de Colombo, forneciam elementos para a destruição da sua cultura e religiosidade e a substituição da mesma pela religiosidade cristã. Esses relatos não só despertavam o pavor nas populações europeias, como criavam imagens muito negativas das populações americanas [Costa, 2019:60]. Assim, “a narrativa do canibalismo torna-se tão forte quanto a narrativa do Paraíso” [Costa, 2019:60]. A narrativa canibal supera a do paraíso terrenal e, como vimos em Federici, serviu para justificar a escravização dos indígenas e a colonização do território.

Em Inferno atlântico: Demonologia e colonização: Séculos VI-VIII [1993], estudo que analisa a transferência do imaginário europeu para o Novo Mundo, a historiadora Laura de Mello e Souza afirma que, após 1515, com o Concílio de Trento, a cristianização das populações dos dois lados do Atlântico tornou-se um ponto central para o programa tridentino. Com a “descoberta” [termo criticado pela autora] da América, a demonologia torna-se a ciência tecnológica utilizada para a conversão dos povos indígenas, bem como passa a ser usada junto dos conquistadores e colonizadores, pelos cronistas e especialistas como os missionários Nóbrega, Anchieta, Frei Vicente do Salvador, Acosta, Sahagún e Las Casas [Mello e Souza, 1993:24]. Assim como Mello e Souza já asseverara em 1993, Federici em 2004 reforça a relação com o processo da caça às bruxas na Europa:

As figuras correspondentes à típica bruxa europeia não foram, portanto, os magos do Renascimento, mas os nativos americanos colonizados e os africanos escravizados nas plantações do ‘Novo Mundo’ [Federici, 2004:361].

Graças a demonólogos de muita influência na Europa, como Bodin e James Stuart, importantes teóricos do absolutismo monárquico, segundo Mello e Souza, os vínculos entre a demonologia e a centralização política da Europa cimentaram-se numa “natureza do Estado Absolutista” [Mello e Souza:1993, 24]. A autora identifica a Demonologia como um conjunto de tratados referentes à perseguição de bruxas que se espalham por outras obras, para além dos manuais de feitiçaria utilizados pela Inquisição, “sendo possível detectar uma demonologia em sermões católicos nos textos de pregação” [Mello e Souza, 1993:24], porque bruxas e bruxos constituíam o Outro que se opunha à cultura e aos seus padrões, eram identificados como a anti-sociedade, ou ainda, como um “estado de natureza” [Mello e Souza, 1993:24]. Nesse contexto, “nomeava-se o Outro ameaçador com elementos negativos e detratores por excelência disponíveis no âmbito da cultura dos conquistadores e colonizadores da América” [Mello e Souza, 1993:25]. Paralelamente, no Novo Mundo, a caça às bruxas constitui-se numa “estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de

propagar terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades e instigar o conflito entre seus membros” [Federici, 2004:365].

[...] publicado em Sevilha em 1590 pelo jesuíta José de Acosta, há descrições que nos trazem uma vivida sensação de repulsa gerada nos espanhóis em relação aos sacrifícios massivos de centenas de jovens [prisioneiros de guerra, crianças compradas escravas], praticados principalmente pelos Astecas. No entanto, ao ler o relato de Batolomé de las Casas sobre a destruição das “índias” ou de outro informe sobre a conquista, nos perguntamos por que os espanhóis se sentiram impressionados por essas práticas quando eles mesmos não tiveram escrúpulos ao cometer impronunciáveis atrocidades em nome de Deus e do ouro, quando em 1521, segundo Cortés, massacraram 10 mil pessoas para conquistar Tenochtitlán [Federici, 2004:402].

A caça às bruxas e os manuais de demonologia, em conjunto com a extirpação das idolatrias, as catequeses, a literatura moral sobre as Américas, compuseram o que a historiadora vê como “o olhar demoníaco sobre a América” [Mello e Souza, 1993:26]. Juristas, catequisadores e bispos descreviam as práticas indígenas como incorporadoras de práticas da feitiçaria européia, porque, segundo a autora, “as bruxas também tinham cruzado os mares e falavam com os diabos nas terras do Novo Mundo” [Mello e Souza, 1993:35]. Os europeus serviam-se de imagens que lhes eram familiares – a bruxa voadora e o sabá das feiticeiras. O uso pelos xamãs e pajés de substâncias alucinógenas, bem como a fumaça do tabaco, que é uma substância mística utilizada pelos pajés para funções curativas, estando, desse modo, intimamente vinculadas na cosmologia indígena com o reencontro com o Criador, ao olhar dos colonizadores confirmavam a participação nos rituais da feitiçaria sabática [Mello e Souza, 1993:27]. Assim, “sacerdotes maias, incas, xamãs, caraíbas e pajés tupis, enfim, todos os responsáveis pelo espaço sagrado foram chamados de feiticeiros e bruxos” [Mello e Souza, 1993:28].

À medida que a Conquista avançava, não era mais possível impor o poder sobre as pessoas sem rebaixá-las, até o ponto em que mesmo a possibilidade de identificação fosse inviabilizada [...]. Inaugurou-se uma máquina ideológica complementar à militar que retratava os colonizados como seres ‘imundos’ e demoníacos, praticantes de todo tipo de abominação, enquanto os mesmos crimes que antes haviam sido atribuídos à falta de reeducação religiosa - sodomia, canibalismo, incesto, ‘travestismo’ – eram agora considerados provas de que os índios se encontravam com o Diabo e que podiam ser justificadamente privados de suas terras e de suas vidas [Federici, 2004:401].

“O diabo mudara-se para o Novo Mundo” [Mello e Souza, 1993:29]. O episódio da descoberta dos novos territórios e a atribuição do nome Brasil à terra conquistada ilustra a aventura marítima portuguesa sob a forma da encarnação do diabo no Novo Mundo. Dias após chegar ao litoral da Bahia, o capitão-mor Pedro Álvares Cabral fez rezar uma missa ao Santo Deus, fincou uma cruz e nomeou a região como Terra de Santa Cruz. Com o passar do tempo, e o incremento da exploração do pau-brasil, a própria população passou a chamar o lugar de Brasil, nome da madeira usada no comércio para o tingimento de tecidos europeus. Por ser vermelho, o pau-brasil foi

imediatamente associado pela Igreja ao “pau do inferno”^{34.]}. A colônia representava, assim, a eterna luta entre Deus e o Diabo, uma vez que trazia no próprio nome as chamas vermelhas do reino do inferno [Mello e Souza, 1993:35]. Na atualidade, sustenta Laura de Mello e Souza, é impossível estudar a demonologia europeia sem se atentar para o papel que nela desempenhou a América. Todos os hábitos documentados, as crenças, os ritos americanos “podem ser chamados, sem constrangimento, de etnodemonólogos” [Mello e Souza, 1993:40].

^{34.]}

Segundo Laura de Mello e Souza, assim frei Vicente do Salvador se referia à querela: “O dia que o capitão-mór Pedro Álvares Cabral levantou a Cruz [...] era 3 de maio, quando celebrava a invenção de Santa Cruz em que cristo, Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôe nome à terra que havia descoberto de Santa Cruz e por este nome foi conhecida por muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que com a tinta e virtude a todos os sacramentos da igreja” [Mello e Souza 1993:32]